

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**
2 **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 09 DE**
3 **NOVEMBRO DE 2020.**

4 Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às quatorze horas e doze minutos, em
5 videoconferência - Plataforma Zoom, reuniram-se representantes do Conselho Municipal dos
6 Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio, com a presença dos conselheiros, titulares
7 e suplentes, e convidados, para tratar dos seguintes assuntos: **1-Leitura da ata da assembleia**
8 **de 19/10/20 e 26/10/20; 2-Deliberação de Prorrogação de Regularidade; 3-Informes das**
9 **Comissões e Grupos de Trabalho; 4-Informes Gerais.** A assembleia foi iniciada pela
10 presidente do CMDCA-Rio, conselheira Nancy Soares Torres com as boas vindas aos
11 participantes. **1-Leitura da ata da assembleia de 19/10/20 e 26/10/20:** feita a leitura da ata da
12 assembleia do dia 19/10/2020. O conselheiro Guilherme Maltarollo solicitou a correção na sua
13 fala pois informes da Comissão de Orçamento já tinham sido tratados no item 3 da pauta. A
14 conselheira Maria America Diniz Reis solicitou a correção da ata, esclarecendo que o CEDECA
15 RJ tinha como uma de suas ações a atualização do ECA e não como sua missão. A ata foi
16 posta em votação e recebeu 2 abstenções e 13 aprovações. Foi feita a leitura da ata do dia
17 26/10/2020. A ata foi posta em votação e recebeu 14 aprovações e 1 abstenção. **2-Deliberação**
18 **de Prorrogação de Regularidade:** a Presidente Nancy Torres fez a leitura da deliberação. A
19 conselheira Lucimar Correa ponderou que a data limite da regularidade era 30 de abril de cada
20 ano, que o trabalho das entidades não estava sendo desenvolvido na sua integralidade e que
21 muitos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH
22 não estavam realizando as visitas institucionais, devido à pandemia. Neste sentido, a mesa
23 diretora avaliou que seria melhor não proceder à regularidade em 2020. A Presidente Nancy
24 Torres solicitou a inclusão da data no artigo 3º da deliberação. A conselheira Bernadete Pereira
25 solicitou esclarecimentos sobre as entidades que estavam com registro provisório. Esclareceu,
26 ainda, que sua entidade já recebera visita técnica. A Presidente Nancy Torres ponderou que os
27 processos com visitas deviam ser avaliados pela Comissão de Garantia de Direitos e prosseguir
28 com os encaminhamentos. A conselheira Carla Marize Augusta da Silva informou que a Guarda
29 Municipal voltara a trabalhar, mas não na sua totalidade. Informou, ainda, que os funcionários
30 de risco continuavam em teletrabalho. A conselheira Vania Mara da Silva defendeu que a
31 SMASDH deveria ser consultada sobre o retorno integral ou não das visitas institucionais. A
32 conselheira Paula Caldas informou que as unidades da SMASDH já tinham retornado e,
33 atualmente, estavam atendendo de 10 às 16 horas. A Presidente Nancy Torres sugeriu a
34 discussão do retorno presencial da equipe na próxima mesa diretora. Esclareceu, ainda, que o
35 CMDCA-Rio não estava atendendo as entidades presencialmente, mas a equipe já estava
36 trabalhando no setor. Orientou que a partir de janeiro de 2021 o CMDCA-Rio deveria voltar a
37 receber os documentos físicos no Conselho. A deliberação foi aprovada por unanimidade. **3-**
38 **Informes das Comissões e Grupos de Trabalho:** O conselheiro Guilherme Maltarollo,
39 coordenador da Comissão de Orçamento, informou que na última 5ª feira (05/11/2020) o
40 CMDCA-Rio recebera os planos de trabalho das entidades contempladas no fomento de ações
41 de prevenção à COVID-19. Foi realizada uma força tarefa com as conselheiras Márcia Pires,
42 Lucimar Correa, Nancy Torres e o técnico da SMASDH Jaime Paulino para análise dos planos
43 apresentados. Aproveitou e agradeceu à dedicação das conselheiras que participaram desta
44 ação. Informou, ainda, que a técnica Patrícia Murine estava acompanhando os processos no
45 CMDCA-Rio. Com relação ao processo de licitação para contratação de empresa para
46 elaboração do diagnóstico da situação da infância no município, informou que ainda não havia
47 posicionamento da SMASDH. Esclareceu que todos os processos do aditivo de 03 meses aos
48 termos de fomento do Edital 2017 foram liquidados. Ponderou que Colegiado começaria a
49 planejar o próximo edital. Informou que a parceria com o Conselho Regional de Contabilidade
50 do Rio de Janeiro estava sendo viabilizada. A conselheira Maria America Reis informou que a
51 Comissão de Garantia de Direitos estava organizando uma reunião com o Coordenador Técnico
52 do SIPIA Sérgio Teixeira, o Subsecretário de Direitos Humanos Nayt Junior e um conselheiro

53 tutelar para tratar da criação do comitê gestor do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância
54 e Adolescência. Outra tarefa que estava sendo executada pela Comissão era a tabulação dos
55 questionários que as entidades responderam sobre as atividades desenvolvidas no período da
56 pandemia. A conselheira Daniele Almeida informou que a Comissão de Comunicação estava
57 empenhada na divulgação, nos meses de novembro e dezembro, do Fundo Municipal para
58 Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMADCA, com o vídeo das entidades
59 que recebiam recursos do Fundo para desenvolvimento de ações de atenção a crianças e
60 adolescentes. A conselheira Inês Salles, Coordenadora da Comissão de Políticas Públicas,
61 informou sobre a reunião especial sobre Apadrinhamento, que estava sendo organizada para o
62 dia 17/11/2020. A conselheira Lucimar Correa Pereira informou que a próxima reunião do GT
63 para revisão da Política de Rua estava agendada para o dia 26/11/2020. A conselheira Maria
64 America Reis informou que as reuniões do GT de revisão do Plano Municipal de Enfrentamento
65 às Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes vinham ocorrendo e que a próxima
66 estava agendada para o dia 11/11/2020. Informou, ainda, que estavam organizando uma roda
67 de conversa com os adolescentes, atendendo às recomendações da 11ª Conferência Municipal
68 da Criança e do Adolescente. **4-Informes Gerais:** A conselheira Maria America Reis informou
69 que participou do Seminário do Acordo de Cooperação contra o Trabalho Infantil e o Juiz Sergio
70 Luiz Ribeiro de Souza fez várias colocações negativas em relação ao FMADCA, que, segundo
71 ele, tinha recursos e não sabia gastar. Sugeriu um ofício ao Juiz Sergio Luiz R. de Souza para
72 sensibilizá-lo sobre as dificuldades do FMADCA e mobilizá-lo para ajuda nesta temática. A
73 assessora de comunicação Nana Martins informou que o Juiz Sergio Luiz R. de Souza era o
74 entrevistado deste mês no informativo do CMDCA-Rio, que tinha o FMADCA como tema. A Dra.
75 Rosana Cipriano, da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude – 1ª
76 PJTCIJ, informou sobre a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Comitê
77 Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, com a destinação R\$ 2.000.000,00 (dois milhões
78 de reais), bem como a doação em pagamento de 10 (dez) tochas olímpicas, em favor do
79 FMADCA. Ponderou que o FMADCA tinha vários créditos pendentes e o que CMDCA-Rio
80 parecia inerte à situação. Sugeriu que o Colegiado pudesse se reunir e resolver estas
81 pendências. Esclareceu que competia ao Conselho fiscalizar se os recursos eram liberados pela
82 Prefeitura. Verificou que o CMDCA-Rio não estava nas audiências públicas e que deveria cobrar
83 ao legislativo a agenda das audiências. Frisou que os recursos do FMADCA eram destinados,
84 prioritariamente, para o pagamento dos termos de fomento, das entidades de acolhimento e
85 para o pagamento da empresa de comunicação. Ponderou que muitas destas ações eram de
86 obrigação da gestão municipal. Defendeu que o CMDCA-Rio deveria financiar projetos com
87 outro público, tais como adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Comentou
88 que o Ministério Público já ajuizara ação civil pública para melhoria da estrutura do FMADCA.
89 Recomendou que o Conselho entendesse melhor da questão orçamentária. Reforçou que a 1ª
90 PJTCIJ estava organizando uma capacitação para contribuir na qualificação dos conselheiros de
91 direitos e tutelares. A conselheira Maria America Reis sugeriu a realização de uma reunião
92 específica do CMDCA-Rio com o Ministério Público para discutir as pendências no orçamento.
93 Reforçou a importância da parceria que vinha sendo realizada com o Conselho Regional de
94 Contabilidade. Ponderou que o tema orçamento criança não era prioridade nos governos.
95 Lembrou que o CMDCA-Rio fizera uma capacitação, no ano de 2018, onde só participaram 03
96 conselheiros de direitos. Observou que o CMDCA-Rio tinha 02 conselheiros de direitos
97 representantes da Câmara Municipal e que estes não convidavam o Colegiado para as
98 audiências. A Dra. Rosana Cipriano avaliou que o CMDCA-Rio precisava ser mais proativo.
99 Informou que encaminharia a Recomendação nº 5 de 2020 e que as sugestões precisavam ser
100 observadas por todo o Colegiado. Sugeriu que o Conselho solicitasse uma reunião com a
101 Secretaria da Casa Civil e a SMASDH para discutir as condições de funcionamento do órgão e
102 os subsídios necessários para cumprir as recomendações do Ministério Público. Ratificou que o
103 Conselho precisava de suporte jurídico para resgate das certidões de crédito. Essa retaguarda,
104 defendeu, era independente da assessoria jurídica da Procuradoria Geral do Município.

105 Informou que o Tribunal de Contas do Município oferecia vários cursos gratuitos na área de
106 orçamento. Reforçou que no dia 26/11/2020 seria realizada a audiência especial do TAC dos
107 Jogos Olímpicos, com o Juiz Sergio L. de Souza, com a destinação de 2 milhões de reais e 10
108 tochas olímpicas, em favor do FMADCA. A Presidente Nancy Torres informou que o Conselho
109 também estava preparando proposta de capacitação dos seus membros que, com a pandemia,
110 ainda não fora executada. Informou que estava ocorrendo uma aproximação com a SMASDH e
111 que já era possível a presença de um advogado, uma vez por semana, para dar suporte nas
112 demandas da Comissão de Orçamento. Esclareceu que esse acordo estava previsto nesta
113 gestão atual e posteriormente a situação precisaria ser acompanhada. A conselheira Lucimar
114 Correa cobrou uma participação mais efetiva de todo o Colegiado, pois muitas eram as frentes
115 de trabalho. A Presidente Nancy Torres informou que a mesa diretora estava trabalhando em
116 conjunto com a SMASDH e que todas as secretarias representadas no Conselho deveriam
117 encaminhar informação sobre seus orçamentos. A conselheira Vania Mara da Silva informou
118 que estava circulando uma fake news sobre o pagamento natalino aos funcionários da
119 prefeitura. Leu a nota emitida pela Prefeitura. A conselheira Lucimar Correa convidou a todos
120 para participarem da missa de 36 anos do aniversário da Associação Beneficente São Martinho,
121 a ser realizada no dia 11/11/2020, às 12 horas, na Catedral do Rio de Janeiro. Não havendo
122 mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às 16:45 e a ata segue assinada pela
123 Presidente e Primeira e Segunda Secretárias, em 09 de novembro de 2020.

Nancy Soares Torres
Presidente

Lucimar Correa Pereira
Primeira Secretária

Marcia Rodrigues Pires
Segunda Secretária

124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136